



Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1.981

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Senhores Deputados Adalberto Daros e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Nelson Buffara, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de líder da Bancada do PDS, indico para comporem a Comissão Especial que estudará o Projeto de Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná, os seguintes Srs. Deputados:

MEMBROS TITULARES:

Deputado José Domingos

Deputado Quielse Crisóstomo da Silva

Deputado Nelson Buffara

MEMBROS SUPLENTES

Deputado Gabriel Manoel

Deputado Tércio Albuquerque

Deputado Antônio Cotrim

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução n.º 19/81, originário de Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito em Medianeira, para a criação do Município de Missal.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.981.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Ambrósio, ocorrido em 30 de abril próximo passado.

O passamento do Sr. Francisco Ambrósio ocorreu na localidade de Barro Preto, Estrada Dourada, Município de Jandaia do Sul, onde veio a consternar os seus habitantes, tendo em vista tratar-se de pessoa de largas amizades e estimado por aqueles que desfrutavam da sua convivência.

O extinto deixa viúva a Senhora Dona Paschoa Peraro Ambrósio e oito (8) filhos, sendo 04 homens e 04 mulheres.

Outrossim, solicito que do pronunciamento deste Poder, seja dado conhecimento à família enlutada, aos cuidados da Câmara de Jandaia do Sul, na pessoa de seu Presidente Senhor José Borba.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Arquiteto Jaime Lerner, dirigindo-lhe apelo no sentido de serem estudadas as possibilidades de modificação dos critérios de áreas seletivas para concessão de linhas de transporte coletivo urbano, para que seja viabilizada a implantação de linhas que atendam a demanda em regiões densamente habitadas, a exemplo da solicitação da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro da Vista Alegre, apresentada especialmente através do líder comunitário Dácio Annunziatto.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja expedido apelo urgente ao Governador do Estado, ao Comandante da Polícia Militar e ao Secretário da Segurança Pública, objetivando coibir arbitriedades que vêm sendo praticadas pela Polícia Militar em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.981.

(a) JOÃO ELÍSIO.

JUSTIFICATIVA:

Em data de 19 de abril do corrente ano, soldados da Polícia Militar, invadiram a residência do Sr. Jairo Crisanto da Silva, fortemente armados, dando voz de prisão ao mesmo

e toda sua família, levando-os inclusive algemados ao quartel em Paranaguá.

O fato verificou-se na localidade de Barrancos, região praiana naquele município.

Não houve, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhum fato de culpabilidade para que tal medida fosse justificada, tendo ainda em vista que a operação foi comandada pelo soldado Joanides Tavares da Costa, que embora sem patente, agiu dessa maneira.

Urgentes medidas se fazem necessárias para pôr paradeiro a desmandos dessa natureza.

Seguem 70 assinaturas, testemunhas oculares do fato acontecido.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 38/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 13 da Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1.970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13 — As custas devidas à Ordem dos Advogados, às Associações dos magistrados, do Ministério Público, dos Serventuários da Justiça e à Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, administrada pelo Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado do Paraná (IPE), serão recolhidas mensalmente, incumbido ao Distribuidor fazê-las encaminhar às respectivas entidades.

Parágrafo único — As custas devidas à Associação dos Serventuários da Justiça e Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, serão cobradas globalmente, devendo esta última repassar mensalmente trinta por cento à Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A Tabela VIII, da Lei n.º 6.149/70, aplicados os posteriores reajustes, fica acrescida de inciso IV, com a seguinte redação:—

IV — À Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro Cr\$ 0,50.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Há mais de 10 (dez) anos, o Regimento de Custas dos atos judiciais permanece sem alteração.

A falta de previsão da cobrança do selo de aposentadoria ou algo similar para sustentação do fundo da Caixa de Pensões dos Serventuários é sentida pelos órgãos previdenciários do Estado.

O presente projeto de lei tem por objetivo evitar que o pagamento das pensões às viúvas de ex-serventuários da Justiça entre em colapso nos próximos meses.

Segundo informações obtidas junto ao IPE, se não forem tomadas medidas urgentes, aquele Instituto não disporá de meios para continuar a pagar as referidas pensões.

Com o acréscimo do inciso IV à Tabela VIII da Lei n.º 6.149/70, o depósito daquele pequeno valor pelas partes, a exemplo do que ocorre com as demais entidades ali relacionadas fará com que esse fique momentaneamente solucionado, à espera de que, com a edição de novo Regimento de Custas, possa ser sanado em definitivo.

PROJETO DE LEI N.º 39/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Lar

Evangélico Miriam, com sede e foro em Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1978, a entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, vem desenvolvendo exemplar trabalho em prol de crianças desamparadas.

Atende, no momento, 10 (dez) crianças órfãos, com recursos da própria comunidade, proporcionando assistência espiritual, educacional e social aos menores.

O reconhecimento do Poder Público a esta instituição se constitui em medida de justiça, para a qual contamos com o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, que acompanhamos desde o início, quando os agricultores, expropriados pela ITAIPU BINACIONAL reuniam-se em Foz do Iguaçu, onde criou-se uma comissão aprovada em assembléia geral, para chegar até a presença do Governador Ney Braga que, atendendo a solicitação e as reivindicações da classe que ali comparecia, indicou o Secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, para dialogar com a ITAIPU BINACIONAL.

Este encaminhou ao Instituto de Terras e Cartografia para fazer um levantamento de todas as áreas que poderiam ser aproveitadas para o reassentamento desses agricultores aqui no nosso Estado. Como também, dos preços da média da Região Oeste paranaense, para que a ITAIPU pudesse aumentar o preço das terras pagando aquilo que os agricultores reivindicavam.

Esta Casa também criou, na oportunidade, uma Comissão Pluripartidária que também ajudou no desenvolvimento das negociações.

Hoje, comparecemos a esta tribuna, imensamente satisfeitos porque após cinquenta e quatro dias de acampamento em Foz do Iguaçu, os agricultores retornaram às suas residências, porque dentro desse diálogo que foi aberto pelo Governo do Estado, com acompanhamento da Assembléia Legislativa do Estado, a ITAIPU BINACIONAL e os agricultores chegaram a uma conclusão e aumentaram os preços das terras para a cifra, em média, de quatrocentos e setenta mil o alqueire.

Já não mais estão lá acampados os agricultores expropriados.

Nós que participamos como Presidente da Comissão Pluripartidária, nos sentimos no dever de, comparecendo a esta tribuna, agradecer a colaboração dos demais Deputados que faziam parte da referida comissão, como também a aceitação do nosso acompanhamento por parte daqueles que participavam do setor de negociação e dizer que a participação da Secretaria da Agricultura foi um ato nobre, que comprova o interesse do Governo em que os expropriados da ITAIPU BINACIONAL fiquem reassentados neste nosso Estado e que recebam melhores preços.

Eles reclamam melhores preços, até mesmo podemos admitir que as terras estavam sendo pagas com um preço real e positivo dentro da média da região.

Mas é o apego afetivo daqueles que abriram as picadas, que criaram seus filhos, que plantaram suas lavouras, que plantaram suas frutas, o que levou a reclamarem melhores

preços, porque eles ajudaram o desenvolvimento de nossa região.

A nossa participação, sem sequer pensar no proveito eleitoral, foi no sentido de levar o Poder Legislativo, também para acompanhar e ajudar as negociações que, graças a Deus, no dia de ontem terminaram satisfatoriamente para todos nós, para o nosso Estado e para nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O movimento nacional dos médicos-residentes que lutam por direitos fundamentais como trabalhadores brasileiros, ou seja, no cumprimento da lei, atingiu hoje Londrina.

Cerca de 50 médicos-residentes, em projeto contra o não cumprimento das leis trabalhistas que garantem o registro em carteira, pararam às 8 horas da manhã o Hospital Universitário de Londrina. Fato idêntico aconteceu na semana passada no Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná, aqui em Curitiba, e sabemos o que isto significa.

Significa a paralização de serviços essenciais, por um simples motivo: são os médicos-residentes do Brasil que fazem os hospitais-escola andarem. São eles as principais molas da movimentação e manutenção dos serviços hospitalares universitários.

Todo este esforço, no entanto, é vergonhosamente desprezado pelo Governo autoritário que tenta se perpetuar. Aos residentes, todos os deveres. Nenhum direito, nem de se equiparar a qualquer outro trabalhador.

Senhores Deputados.

Esta greve, que parte de um segmento social tão respeitado durante a história da humanidade e que pretende hoje tão somente respeito aos seus direitos, não pode ser vista como uma questão setorial. É o mesmo que dizermos que o desemprego no ABC é questão localizada. O que atinge agora os médicos-residentes de todo o Brasil - atinge aliás há 35 anos, quando a primeira residência foi instituída e não legalizada nada mais é do que resultado dos anos de arbítrio da história recente brasileira, e que se manifesta no sistema nacional de saúde.

Qual a intenção do Governo em resolvê-la?

Senhores, sabemos que a cada minuto morre uma criança no Brasil. Que esta morte não se dá por acidente. Que a cada vida que se vai, que se enterra, se desmascara um erro calculado, uma situação insustentável.

Todos têm conhecimento das péssimas condições de vida da maioria da população. A cada 40 minutos surge um novo tuberculoso no País.

Até o Governo já admite ter hoje quarenta milhões de marginalizados, subempregados, menores abandonados, crianças sem escolas.

Um verdadeiro exército de trabalhadores à margem do mercado, sem qualquer direito atendido.

Estes exemplos servem basicamente para demonstrar estarem na raiz do regime, as causas evidentes do empobrecimento da população oprimida no Brasil.

Os médicos-residentes, no contato direto com a realidade, lutando para conquistar e garantir alguns de seus direitos, não estão calados. Sabem que a situação atual é resultante de um modelo de saúde autocrático.

Um modelo que não buscou em quem o sustenta e o mantém com o suado percentual do seu salário, a forma e conteúdo.

Que a situação tende a piorar à medida que projetos como o Prev-Saúde são colocados em prática privatizando a medicina ao invés de estatizá-la cada vez mais.

Sabem esses médicos-residentes também, que mais do que nunca o capital estrangeiro entra por todos os meios, seja através de redes hospitalares, seja através do domínio da indústria de medicamentos, para desviar do caminho correto para atendimento das necessidades médicas do povo brasileiro.

Aqui e agora não podemos calar, então. Devemos nos solidarizar com os médicos-residentes em greve de 24 horas, em Londrina.

Devemos estar atentos aos acontecimentos no Hospital Universitário.

Os residentes afinal, são trabalhadores. Só que sem direitos, com muitos deveres.

Mas, eles estão conscientes do seu papel, que é, na essência, transformador, à medida que não se submetem mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Associação Comercial do Paraná evidentemente não pensa como seu presidente.

É lamentável que concepções políticas de Pereira Oliveiras da vida dirigem nossas instituições.

Afirmar que nosso subdesenvolvimento é culpa de índios, negros e portugueses, não só é mascarar a verdade, mas ofender a Nação brasileira.

Defender a inflação e a dívida externa não só é ser entreguista confesso, mas confessar a defesa sistemática dos privilegiados da classe burguesa dominadora.

Bem disse o comentarista econômico Ilson Almeida do Estado do Paraná:

“Concordamos que muitos inocentes úteis estão sendo hoje influenciados pela propaganda fascista.

De que outra forma se justificaria um documento com a pretensão de traduzir o pensamento do empresariado, que prega o abandono do Nordeste a sua própria sorte, atribui a pobreza do Brasil à existência, entre nós, de negros e mestiços, sustenta que a inflação não é um mal e nem a dívida externa, e propugna pela união política das classes médias com o empresariado, para o alcance do poder, dentro de uma filosofia classista.

A tese da Associação Comercial do Paraná, ou de seu presidente, ou talvez de algum assessor, não é só ultra-direitista, racista e antinacionalista. Ela contém defesa do indefensável, em matéria econômica.

Para o autor do trabalho, o problema não é a inflação, mas a recessão para esta existem remédios. Aquele é perfeitamente aceitável. Esquece-se, entretanto, que a recessão que nos ameaça resulta exclusivamente das medidas para o combate à inflação, e se este fenômeno não estivesse, como efetivamente está, ameaçando a sociedade brasileira, nenhuma medida teria sido tomada.

Também a dívida externa é defendida no trabalho, com o impróprio argumento de que outros Países, como México, Venezuela, Argentina e Polônia devem mais que o Brasil.

Mas México, Venezuela e Argentina têm petróleo e não dependem de importações desse combustível. Até exportam, fazendo efetivamente uma gigantesca dívida externa. E ninguém ignora o que está acontecendo naquele País, onde a crise econômica ameaça a população até com a fome.

Concordamos com o Presidente da ACP, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, quando se opõe à doutrina marxista.

Mas há bastante tempo não víamos nada que melhor servisse ao marxismo, do que o trabalho que levou à reunião de Londrina”.

Dissemos que a ACP não concorda com as fantásticas concepções do seu Presidente, tanto que rejeitou categorica-

mente sua fascista tese, porque muitos dos seus integrantes têm vínculos diretos ao negro, ao índio, e ao nordeste brasileiro, que o Sr. Pereira quer ver abandonados.

Afirma o Sr. Pereira que:

“Muitos inocentes úteis, estão hoje, sendo influenciados pela propaganda marxista”.

Se o Presidente da ACP não se considera um “inocente útil” de esquerda é porque na sua tese, despe-se por inteiro, não só no ultradireitismo que assume, mas no fascismo racista que defende.

Mas o que propõe o Presidente da ACP? Alguma nova teoria? Propõe nada mais nada menos que a união da classe burguesa dominante para não perder o poder. Isso mesmo. Nada mais que isso.

“A direita, que deseja antes de tudo a manutenção da atual estrutura onde, no fundo, ela exerce ainda todo o poder econômico e, por seu intermédio, a maior parcela do poder político. A direita no Brasil não é uma classe historicamente ultrapassada que sonhe voltar ao poder. Mas uma classe politicamente ativa que participa do poder e, para nele eternizar-se, preconiza mesmo os métodos da ação subversiva. É por isto que a direita economicamente conservadora em extremo, é politicamente revolucionária, neste sentido de que a ordem democrática, estabelecida em bases verdadeiras, representa para ela, o maior perigo aos seus privilégios abusivos, em face de uma possível tomada do poder pela esquerda eleitoralmente bem mais forte.

Praticamente, já não existe centro ou política de centro, no País. Como nunca existiu classe média na sociedade de tipo feudal, a inexistência deste tecido intersticial de ajustamento político não propiciou a criação de uma posição de centro, politicamente forte. O centro se acomoda tímido e apagado às pressões dos dois lados. Do arsenal ideológico da direita faz parte ainda uma submissão total aos interesses das potências estrangeiras sob o pretexto já surrado do perigo comunista. Tal perigo, a direita exagera em altos brados, escondendo a realidade de que o Partido Comunista Brasileiro, que nunca foi estruturalmente forte, atravessa no momento uma das mais graves crises internas — crise de divisionismo em face da luta de princípios ideológicos que travam a URSS e a China.

Em sua análise superficial do problema do subdesenvolvimento, a direita defende a tese falsa de que a pobreza nacional se deve, antes de tudo, à falta de elementos capazes e válidos para impulsionarem os empreendimentos econômicos do País. Alguns dos seus porta-vozes dão grande ênfase aos problemas da educação e da saúde, considerados como causa e não como efeito do subdesenvolvimento.

Toda a direita, sem exceção, omite intencionalmente de sua problemática, os problemas estruturais de base na Nação. Com um programa deste tipo, é fácil compreender-se que a direita se encontra ideologicamente desmunicionada para enfrentar os problemas do subdesenvolvimento brasileiro democraticamente e, por isso, a sua tática é a da violência. Daí os seus processos de intimidação de todas as vozes que se levantam, pregando a urgência das reformas que o Brasil necessita. Daí, o terrorismo em que ela descamba, criando um clima de pânico e de incerteza para o País. A direita brasileira sabe que sua última chance reside na guerra civil onde ela poderia contar, sem dúvida, com um auxílio estrangeiro substancial, justificado pelo pretexto de afastar os perigos de uma ditadura comunista. Claro que esta é uma solução precária, de sucesso curto, pois, a direita diante da

extrema ineficácia de suas resposta ao problema do subdesenvolvimento está de antemão condenada ao fracasso político, à perda do poder, que lhe escapa de maneira irremediável.

Esperemos que esta conscientização ou lucidez política nacional encontre sua contrapartida nos responsáveis pela segurança do hemisfério americano, os quais, compreendendo a precariedade do esquema político da extrema direita que conduzirá fatalmente o Brasil à convulsão improdutiva, prefiram o desenvolvimento democrático, apoiando as reivindicações das massas conscientes ou pelo menos contendo seus impulsos de intervenção.

É preciso que se reconheça que esta complexa estrutura política do País, tão contraditória em sua aparência, facilita as interpretações inexatas e conduz a uma visão deformadora da realidade política brasileira. Daí os graves erros manifestados pelos cronistas da recente descoberta do Nordeste.

O maior desses erros dos observadores estrangeiros do Nordeste de 1.960, foi o de tranpor da sociedade que lhes parecia confusamente incompreensível, para certas individualidades que se apresentavam como nitidamente definidas, toda a responsabilidade do drama histórico que aí se apresentou. Enorme foi este erro de pensar que eram aquelas personalidades os verdadeiros heróis do drama, quando não passavam elas de simples comparsas de uma história, cujo personagem central era mesmo o povo nordestino: a massa humana indistinta, informada, agitada e sofredora do Nordeste.

Olhando a paisagem humana incandescida pela tensão social, os observadores apressados apontaram como incendiárias, certas personalidades e instituições, que longe de estarem jogando lenha na fogueira, o que estavam, na verdade, era procurando evitar que o fogo se alastrasse. Diante da tremenda confusão do incêndio, os observadores inexperientes tomaram como seus autores os próprios bombeiros que se agitavam socialmente, lutando contra a explosão. Vejamos alguns exemplos: Miguel Arraes, Francisco Julião e as Ligas Camponesas, os padres da Reforma Agrária, Celso Furtado e os técnicos da SUDENE são alguns exemplos de nomes invocados como instigadores da revolução social do Nordeste, quando na verdade eles apenas personificam, em determinados aspectos ou setores de atividades, o impulso natural do movimento de emancipação de um povo, desencadeado de início, à revelia desses homens. É ingênuo pensar que foi Julião quem inventou o problema agrário no Nordeste, que foi Arraes, o autor da escravidão branca e das aspirações de justiça social, que foi Celso Furtado o revelador da economia dependente ou que fui eu quem inventou a fome. Não inventamos nada. Todas essas coisas já tinham brotado naturalmente da estrutura social da região e crescido emocionalmente no seu clima humano de desespero e apenas aguardavam serem um dia reveladas em termos mais ou menos racionais por alguns homens ou instituições da terra. Homens e instituições realmente identificados com os problemas dessa terra. Mas ainda uma vez, por ignorância ou má fé, são os efeitos tomados como causas.

Josué de Castro — Sete Palmas de Terra e um Caixão — Pags. 201/203.

Ora, quando um tal de Sr. Pereira, vem dizer que o mal não é o latifúndio e sim o minifúndio e que a reforma agrária é diletantismo político, é porque sabe que a classe dominante e os donos do poder, sabem que:

“Uma análise, feita com mais profundidade, do problema da terra no Nordeste, evidencia até que ponto a estrutura latifundiária, semi-feudal e semi-colonial se mantém viva e prepotente nessa área. Mesmo desfalcada de sua antiga força

e de seu prestígio coloniais, mesmo abalada pelas interferências de outros poderes econômicos, o monopólio feudal da terra é ainda o pivô da vida econômica, política e social do Nordeste.

Embora a indústria ensaie passos tímidos aqui e ali, a economia do Nordeste é agrária no que ela tem de fundamental, e as trocas monetárias processam-se ainda em escala reduzida. Mesmo nas grandes propriedades pouco penetrou o assalariado.

Se este é encontrado com frequência nas zonas açucareiras de Pernambuco Alagoas, está quase ausente das outras lavouras da região.

Os assalariados não atingem um milhão sequer numa população de 20 milhões e nem todos percebem salário a seco, remuneração por excelência do regime capitalista. (5).

A extirpação dessas raízes feudais encontra seu maior obstáculo na elevada concentração da propriedade em poucas mãos. De fato, quem se aprofundar no exame das causas que têm contribuído para o subdesenvolvimento do Nordeste verá que ele deriva fundamentalmente dessa inadequada infraestrutura assentada no latifundismo. Desta decorrem num encadeamento inexorável, todos os fatores de atraso e de pobreza. E é fácil compreender o porquê.

O latifundismo engendra uma estrutura de produção que se caracteriza pela escassez de capital. Esta, por sua vez, faz com que seja pequeno o excedente da produção destinada a inversões, dando lugar a uma exígua taxa de formação de capital, que impossibilita a ampliação das empresas agrícolas e a criação de indústrias rurais e de transformação. Simultaneamente vão se agravando as desigualdades econômicas. No alto da pirâmide social uma pequena minoria controla grande proporção dos recursos agrícolas, ao passo que a maior parte da população somente dispõe de sua força de trabalho ou de um minifúndio incapaz de prover o sustento da família e cuja propriedade lhe escapa quase sempre através do mecanismo das dívidas hipotecárias insolváveis. Sem oportunidades econômicas e educacionais, mantém-se baixa a produtividade de enormes setores da população e torna-se por isso, difícil, senão impossível, elevar a renda regional". (Josué de Castro — Sete Palmos de Terra e Um Caixão, Ed. Brasiliense, pags. 185/186).

A insensibilidade de homens que assim pensam e agem, não só criam condições objetivas efetivas para o avanço da verdadeira revolução que pode acabar com a miséria, mas trazem junto com ela a violência.

"Depois de séculos de estratificação e de estagnação impostas por uma ordem feudal rigorosa, herdada dos conquistadores ibéricos e mantida pela cumplicidade dos grandes proprietários agrários e do clero, o mundo dos camponeses e dos peões, do proletariado urbano, dos negociantes pequenos-burgueses e dos intelectuais universitários se agita e aspira um futuro diferente. Pode-se pensar o que quiser de Cuba, mas não resta dúvida que a revolução de Fidel foi um sintoma evidente da degenerescência que atingiu a antiga ordem e da formidável vontade de mudança que é o fato mais marcante da América Latina contemporânea." Assim se exprime sobre este continente, o economista suíço Pierre Goetschin (1).

"A estrutura social e econômica da América Latina é decadente, corrupta, imoral e geralmente insolvável. Que uma mudança está por vir, é óbvio. Que ela se processará através de uma revolução, é certo. Que esta revolução implica na possibilidade da violência é inevitável. O que permanece como um enigma é: quem liderará esta revolução? São palavras do jornalista norte-americano John Gerassi (2), que viveu em vários países da região. Tais afirmações com tom de profecias apocalípticas traduzem apenas a observação acurada de uma realidade social em marcha." (Josué de Castro — Sete Palmos de Terra e um Caixão, Ed. Brasiliense, pgs. 175/176).

Evidente que não serão os Pereiras Oliveiras da vida que

farão esta revolução, mas se as coisas e mentalidades não mudarem, poderão estes serem as vítimas daquela violência que a ninguém interessa.

Não haverá violência do Povo se ele conseguir fugir da camisa de força que o autoritarismo lhe impôs, roubando o seu destino. Esse autoritarismo que a classe dominante defendeu é como ensinou o sociólogo Francisco de Oliveira:

"O autoritarismo é essa camisa de força, em que se jogam interesses de fora, e interesses de dentro, que têm de nacional tanto quanto a Esso Brasileira de Petróleo. Isto é, nacionalizou-se pelo nome, mas os seus interesses permanecem fora. E economicamente esse modelo político, na verdade, arrancou das mãos do povo talvez a sua obra mais exemplar nos últimos quarenta anos.

A obra de um Estado moderno, de um Estado que não se contentou em distribuir as funções da justiça, da injustiça também, as funções burocráticas, mas de um Estado que em nome da Nação, pretende queimar as etapas e jogar para o lixo da história, o atraso da nossa situação de colônia, antes e depois subordinada a interesses do imperialismo inglês, os quais haviam deixado sua marca tão profunda na estrutura social deste País. Este Estado Moderno, que nós brasileiros estamos construindo desde 30, foi arrancado das mãos do povo, para transformar-se no seu contrário. Isto é, para citarmos de novo a missão da PETROBRÁS não é mais a auto-suficiência de Petróleo no País, mas encontrar petróleo no Líbano ou na Líbia. A PETROBRÁS converteu-se em uma empresa, cuja função é produzir lucros, e não o bem-estar da Nação, e não o bem-estar do povo.

Este Estado Moderno, construído e criado a partir de interesses específicos do povo brasileiro, impôs suas iniciativas, impôs suas lutas. Não é gratuito, de forma alguma, nem outorgado. E transforma-se na maior parte dos casos, no seu contrário. Entretanto, apesar de que a luz no fim do túmulo ainda seja débil, e ainda não se possa ver o clarão em todo o seu esplendor, este sistema político é marcado por uma instabilidade permanente. E a sua instabilidade permanente não depende da habilidade ou inabilidade de seus dirigentes. Ela decorre de que os interesses específicos da sociedade brasileira são, diferenciados. Este modelo político é curto, é uma camisa de força cujo término está inexoravelmente marcado." (O Homem e o Problema Social — Simpósio Nacional do MDB - Pags. 84/85).

A direita joga bombas, diz que o povo não sabe votar, que o negro e o índios são entraves do Governo, mas a direita sabe muito bem que o povo brasileiro, já sabe o que quer. Que precisamos de liberdade e de garantias democráticas para que:

"A união universal dos povos para uma revisão da economia do mundo constitui a esperança de libertação desta economia colonial e somente assim poderemos estar certos de vencer a guerra contra a guerra e de ganharmos a paz.

É por isto que parece-me encorajador o fato de que por toda parte desperte este sentimento de compreensão e comunhão universal entre os países sofredores. Na verdade, os países subdesenvolvidos levantam-se do seu estado de apatia e de passividade, tomando consciência de sua miséria. Isto foi bem expresso por Nehru, Primeiro Ministro da Índia, quando afirmou que a fome e a miséria sempre existiram na Índia. São coisas velhas; o que é novo na Índia é consciência que tem o povo hindu de sua miséria e a impaciência de sair dela. Os povos coloniais têm consciência de que a miséria e a fome não são fenômenos naturais e sim, fenômenos de criação humana, produtos da injustiça social, produtos de uma estrutura econômica que visa apenas o lucro, ao interesse exclusivo de certas minorias e não ao bem-estar das coletividades. De uma economia viciada no interesse exclusivo dos construtores de calamidades, dos aproveitadores do sofrimento da humanidade."

(Josué de Castro - Sete Palmos de terra e um Caixão, Ed. Brasileira 1.979 - pgs. 215/216).

Tudo isto porque:

“Uma das impressões mais correntes que forma o estrangeiro da realidade do Brasil, em seus primeiros contatos com esta terra, é o da nitidez, do forte relevo de certas personalidades individuais, de extraordinária riqueza interior, em contraste com a fragilidade do sistema social, com o caos desencorajador desta sociedade, que se apresenta como um conglomerado informe de arcaísmos e de modernismos, fatalidades e de veleidades. “É o Brasil um mundo coletivamente imprevisível e sob certos aspectos desconcertantes, mas no qual a mistura de raças, a hostilidade e a fecundidade da natureza engendraram uma individualidade excepcionalmente rica. Expansiva como um meridional melancólico como um índio e carregado de ternura como um negro, o homem brasileiro se interroga porque será ele tão pobre num continente que deveria ser tão rico. E assim, ele se conscientiza, o que quer dizer, se politiza.” (Josué de Castro - Sete Palmos de Terra e um Caixão, Ed. Brasileira - 1.969 - pgs 194).

Tive, Sr. Presidente, a preocupação de vir a este plenário rebatendo tão esdrúxula tese, porque a omissão nesta hora pode ser interpretada como concordância. Aos homens públicos, entendo, cabe a tarefa de discussão dos nossos problemas e a incumbência de soluções.

Sou adepto da solução democrática e isso vale dizer - defendo um desenvolvimento harmônico para a Nação brasileira.

A discriminação racial não ajuda, apenas atrapalha e até impede o processo de crescimento cultural.

O abandono de regiões mais pobres, é a manutenção do subdesenvolvimento que nos encontramos e a defesa do indigênismo externo é a mais pura doutrina do entreguismo capitalista das forças de direita que agora fustigam a Nação Brasileira com o vil, frio e sanguinário terrorismo que leva o pânico, para justificar o endurecimento do regime, colocando-se como consequência contra a abertura.

Esta abertura sobreviverá se todos nós tivermos coragem de repelir sandices como estas idéias que foram expostas na reunião plenária da ACP.

Os democratas devem ser explícitos em suas idéias e vigilantes na defesa da igualdade humana.

Do nacionalismo sadio e das tradições históricas da nossa gente, são os pressupostos que justificam o patriotismo e o amor pela terra brasileira.

Os homens bem intencionados são os que reconhecem o valor e os sacrifícios de seus antepassados na história, sejam eles da estirpe de um Araribóia ou de um Zumbi, de um imigrante nórdico ou de um colonizador lusitano.

Nacionalismo é isso.

Nacionalismo é repelir a dívida externa que compromete a nossa soberania, e atacar a inflação que causa a injustiça social, é enfim defender a justa distribuição da propriedade porque ela é a verdadeira base da democracia, regime onde os Pereiras e Oliveiras que têm todos os homens e mulheres que formam o rico mosaico étnico, de que é formado e forjado o povo brasileiro.

O Sr. Nilton Friedrich -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência traz um assunto que ao mesmo tempo é entusiasmante e de uma sérieidade ímpar.

E eu gostaria de levantar dois aspectos neste rápido aparte: Primeiro, não só no sentido de concordar, como aprofundar ainda, uma tese que me alimenta, de que País, como o Brasil, não há centro.

É impossível, diante da situação estrutural em que vive

a Nação brasileira, a pessoa estar em cima do muro, estar num centro, estar num simples liberalismo.

É impossível, tal é a gravidade da situação, o abismo que separa a minoria da grande maioria esmagadora que vive oprimida, injustiçada, que não há centro neste País.

Enganar-se aqueles que querem se auto-colocar na posição centrista, porque hoje, ser centro no Brasil é inadmissível.

Poderíamos admitir, se tivéssemos em algum país subdesenvolvido, ou razoavelmente desenvolvido.

Mas, tais são as distâncias regionais, as distâncias de grupo da extratificação social, que é inadmissível alguém querer defender a idéias de que é centro neste País.

E, um outro aspecto, que se casa com este: é ficar estarecido quando se lê o que disse o Presidente da Associação Comercial do Paraná.

Aliás, já recebi telefonemas, vou até ignorar a origem, no sentido de que levantássemos com a maior veemência este assunto, e voltaremos a ele, inclusive o Deputado Fiori Luiz tratará desta questão também, porque não é admissível, Deputado, que em 1981, voltem a se teorizar posições nazi-fascistas para explicar o subdesenvolvimento de um País.

É inadmissível que elementos com essa visão de extrema-direita, altamente obscurantista, reacionária, conservadora, queiram ditar às Associações Comerciais do Paraná, o pequeno e médio empresário deste Estado, uma linha política que, felizmente, foi rechaçada, porque a revolta foi geral, pela maneira como se colocou essa questão na última reunião em Londrina.

E por esta razão, Deputado, termino em cima de uma das expressões que Vossa Excelência cita, que é o homem que levantou uma série de problemas nesse sentido, Josué de Castro, em “Geografia da Fome”, sua principal obra.

São elementos como este, que defendem esta tese de que o subdesenvolvimento, a pobreza, a dificuldade do País é de origem étnica, pelos índios, pelos negros, é elemento desse tipo que, na verdade, são os grandes embriões para a violência neste País, porque não há quem possa admitir esse tipo de argumento; e aquele que fica ouvindo isso, desesperado, só pode pensar no pior, tentar até a violência, para tentar superar essas mentalidades viciadas, arcaicas, medievais.

E, aí, Josué de Castro acaba também tendo razão quando disse: “eu que sou Prêmio Nobel da Paz, às vezes penso que a única saída para a América Latina é a violência.”

Elementos desse tipo é que instigam para que nós tenhamos a violência, para mudar as estruturas que eles não querem mudar, porque no momento, neste País, em que se fala em abertura, há inúmeras pessoas e setores que estão a se entusiasmar por ela.

Mas, no momento em que esta abertura há que se transformar numa democracia econômico-social, político-cultural, aí não, aí seu interesse está sendo atingido, ele se transforma num fascista, num nazista, num extrema-direitista da pior espécie.

Esses elementos acabam instigando este tipo de teorização, infelizmente, em pleno fim do século.

Muito obrigado e parabéns pelas excelentes colocações. Nós não podemos nos calar sob pena de sermos coniventes com pessoas que têm a grande responsabilidade de liderar expressiva parte do pequeno e médio empresário deste Estado, e acabam trazendo esse tipo de conceito público, não só viciado e ultrapassado, como que negam a própria origem da pessoa humana.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI -- Agradeço o aparte de Vossa Excelência, muito bem colocado e brilhante como sempre.

O Sr. Darcy Deitos -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, sem dúvida alguma, a Nação brasileira precisa de uma nova ordem econômico-social e política.

Porque, não podemos continuar como estamos atravessando o presente momento, e porque, a sociedade brasileira, burguesa, guarda o ranço do coronelismo e da corrupção.

E quer transmitir a todo o povo brasileiro esse ranço. Portanto, precisamos de uma nova ordem dentro desta Nação.

E como muito bem posicionou Vossa Excelência, o Sr. Pereira, Presidente da Associação Comercial do Paraná é o legítimo representante da burguesia curitibana que não quer a mudança do "status quo" implantado após 1964.

Por que 1964?

Porque eu ainda era menino, e talvez isso tenha influído grandemente na minha formação política. Porque ouvi um comício de Adhemar de Barros, candidato à Presidência da República, quando esteve em minha cidade, Campo Mourão. Era um dia ensolarado e bastante poeireito, e ele dizia: "povo de Campo Mourão, vocês não podem mais segurar, continuar segurando a vaca, para o Governo mamar. Se eu chegar à Presidência, vou segurar a vaca para vocês mamarem".

E aí veio 1964.

1964 foi feito por quem? Quais as forças civis que definiram o movimento de 1964, o golpe de 1964?

Foram: os Srs. Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Carlos Lacerda. Foram eles que vieram implantar a salvadora, a redentora Revolução de 1964 e a entregaram aos militares para colocar esta ordem econômica que essa classe burguesa não quer a mudança.

Parabenizo Vossa Excelência pelo pronunciamento sério e profundo que faz, nesta tarde, denunciando essa extrema-direita, chamada Sr. Pereira, da Associação Comercial do Paraná.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Presidente do PMDB de Barbosa Ferraz, Sr. João Batista de Almeida.

No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a 32ª reunião plenária das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Londrina, o Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Presidente da Associação Comercial do Paraná, apresentou uma tese denominada "Doutrina de Otimismo Realista". Na referida tese, o Sr. Pereira de Oliveira aborda a miséria no Brasil e culpa o negro e o índio pela pobreza absoluta do País. A tese gerou espanto geral, pois o autor coloca a miséria como de origem étnica.

Eis alguns trechos do documento: (Lê):

1) - "... temos uma herança histórica de pobreza. O Brasil foi descoberto e colonizado, inicialmente, por uma pequenina e heróica nação européia, Portugal. Apesar das nobres qualidades do povo lusitano, Portugal não poderia povoar sozinho todo o Brasil. Para isso, precisou valer-se dos povos selvagens, o índio e o negro que são incapazes de adaptar-se a uma civilização moderna e industrial."

2) - "...os índios e os negros e seus descendentes é que constituem a grande massa de pobres, no campo e nas favelas das cidades. Isto nos mostra que as causas da existência de bolsões de pobreza no Brasil, são de origem étnica. Trata-se de uma herança histórica e não da exploração do homem pelo homem como pretendem os marxistas."

3) - "...o maior inimigo não é o latifúndio, mas sim, o minifúndio, de baixo rendimento e insuficiente para sustentar as famílias rurais. A reforma agrária é um cavalo de Tróia comu-

nista."

4) - "... não temos nenhuma culpa de que o Nordeste brasileiro seja tão pobre. Os nordestinos que resolvam seus problemas. Não nos devemos deixar dominar pela síndrome da miséria no Nordeste."

Algumas colocações que extraímos da tese exposta em Londrina, por ocasião da 32ª reunião plenária das Associações Comerciais do Paraná, pelo Presidente da Associação Comercial, Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira.

O Sr. Ruben Valduga — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Logo em seguida.

Ou o Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira não tem assessoria ou na verdade é um defensor da doutrina hitlerista.

Um empresário de responsabilidade não pode emitir tais conceitos. O Paraná não pode ficar conhecido como um Estado reacionário, onde frutificam ideologias racistas que prevaleciam na Alemanha de Hitler. Se o empresariado do Paraná demonstrar a estatura intelectual e ideológica desse discurso, justifica-se a falta de presença e a falta de força do nosso Estado nas decisões nacionais.

Quando empresários brasileiros como Severo Gomes, José Ermírio, Laerte Setúbal e outros, pregam alterações profundas no modelo econômico, político e social do País, é estranho que o Sr. Pereira de Oliveira contrarie uma decisão da classe.

Na reunião nacional das Associações Comerciais do Brasil, no Rio de Janeiro, empresários divulgaram um documento pedindo a implantação de um regime democrático e mudanças na estrutura social que sacrificam a maioria. O empresário Rui Barreto, Presidente da Federação das Associações do Brasil, homem arejado, defendeu uma nova postura para o empresariado nacional. A tese do Sr. Pereira de Oliveira contraria essa posição nacional e faz do Presidente da Associação Comercial do Paraná uma voz isolada, retardada e reacionária.

O economista Ilson Almeida no seu "Panorama Econômico" comentou: "o nosso empresariado não é racista, individualista e antinacionalista. Sabemos bem que nos meios empresariais existem mentes lúcidas, preocupadas com o Brasil como um todo, de brasileiros claros, negros, nordestinos, mulatos e caboclos. Empresários que sem ver a raça ou cor, trabalham em favor do desenvolvimento de toda esta Nação."

O jornalista Marcelo Hollanda, na sua coluna da "Folha de Londrina", analisou: "justificar nossos problemas na ignorância e incapacidade de nosso povo "selvagem" não parece razoável. Como não parece razoável que um encontro da importância dessa 32ª reunião plenária sirva para veicular idéias de um radicalismo extremado e que em vez de trazer a luz, propaga a escuridão."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A tese do Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira foi rejeitada por cinco votos a quatro. Prevaleceu o bom senso. Prevaleceu a postura nacionalista daqueles bem intencionados que viram no documento, estilhaços de um racismo hitlerista, condenável sob todos os pontos de vista.

O professor Darci Ribeiro trata com muita clareza o problema de mentalidade da classe dominante, da qual o Sr. Pereira de Oliveira nos parece ser um ótimo "mestre".

A propósito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conversamos há pouco no gabinete do Deputado José Domingos Scarpeolini com o cacique Mário Juruna, da tribo dos Xavantes, que também contestou e rejeitou a tese do Presidente da Associação Comercial do Paraná ao dizer que o índio está atrasado por culpa do Governo. Que dos cinco milhões de índios que tínhamos no Brasil hoje restam pouco menos de duzentos mil, apenas cento e oitenta mil índios.

Diante das manifestações de repúdio ao documento, o

Sr. Pereira de Oliveira apressou-se em divulgar nota à imprensa onde procura esclarecer alguns pontos, contudo, não foi muito claro.

Diante das surpreendentes e infelizes colocações do Presidente da Associação Comercial do Paraná é de se perguntar se o Ministério Público não deveria analisar o documento e ver em quais artigos da Lei Afonso Arinos o mesmo poderia ser enquadrado.

Afinal, a tese transborda racismo. E sabemos que a ideologia racista no Brasil é, essencialmente, econômica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os paranaenses exigem uma retratação pública do Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira. O Presidente da Associação Comercial do Paraná deve rever de forma profunda e objetiva a sua posição, sua tese esposada em Londrina, caso contrário deve deixar sua função de Presidente da Associação Comercial do Paraná.

Pedimos então, Sr. Presidente, que o Presidente da Associação Comercial seja inclusive enquadrado na Lei Afonso Arinos e que se não tiver competência, ou se prejudicar o Estado do Paraná com essas colocações infelizes, que deixe a Presidência da Associação Comercial.

A quem estaria servindo o Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira, a qual patrão estaria se colocando como porta-voz? Estaria ele se prestando, ao levantar tais questões, para desviar única e exclusivamente a atenção da opinião pública sobre os problemas sociais e econômicos que este Estado está enfrentando?

Vários Secretários de Estado estiveram presentes à 32a reunião plenária, em Londrina. Estariam esses Secretários de Estado apoiando a tese do Presidente da Associação Comercial?

O Sr. Rubem Valduga -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, acho muito oportuna a discussão das ponderações, - não digo tese porque ela não tem rigor científico para que se possa chamar de tese, ela é apenas uma observação, me parece que mal lançada e, como tal, causando estas interpretações que Vossa Excelência esboça.

Mas, me parece, não tenho nem procuração nem conhecimento profundo da pessoa do Presidente da Federação das Associações, mas no geral deu para depreender do que, efetivamente, ele quis dizer. É que o índio e o negro, pela sua dependência econômica, são realmente constituintes de uma anomalia histórica. Isto não há o que se negar. Mesmo hoje, no Brasil, apesar da Lei Afonso Arinos, ainda segrega, tanto o preto quanto o índio.

Temos feito esforços, alguns intelectuais, alguns Deputados de boa postura, alguns professores e as pessoas de bem, têm procurado conspurcar esse mal da Nação. Mas que é visível, até hoje, a dependência econômica, por questões raciais, não há o que negar.

Talvez fosse esta a intenção.

Também concordo quando o Deputado diz que o Presidente deve, senão rever, deve lançar uma explicação profunda a respeito das ponderações expendidas na reunião das associações comerciais em Londrina.

Por outro lado, quero aqui também levantar um ponto de vista que passou despercebido, foi que ele disse que o relacionamento do empresariado com o Governo se iniciava. O Governo nos ouve, mas pouco nos entende.

Isso também redime, parte dessa postura que teve o Presidente que, ao que me consta, segundo as informações que tenho, trata-se de um homem de bem.

Até prefiro, dada a importância e representatividade que tem esse cidadão, lançar a culpa de uma má assessoria, a publicação e a teoria, enfim, as ponderações por ele lançadas.

Não creio que houve intenção de colocação de sentimentos ou posições racistas por parte do Presidente. Acho que isso efetivamente não houve.

Também concordo que o índio e o negro, historicamente dependentes, constituíram e constituem, em si, elementos de atraso à civilização brasileira, no integral, por culpa do racismo e da dependência econômica das classes mais pobres e menos favorecidas, a qual, somente a educação poderá tirá-los desse atraso.

A educação, o quanto mais breve possível, porque não se constitui desenvolvimento algum e nenhum País do mundo se fez sem uma prévia educação do povo.

Obrigado.

O SR. FIORI LUIZ -- Obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) -- Comunico que já passaram dois minutos do seu tempo.

O SR. FIORI LUIZ -- Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) -- Consulto a Liderança do PTB se deseja usar de seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PP.

Com a palavra o nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o Brasil iniciou a exportação, em grande escala, de produtos agrícolas, como o milho, o algodão, o café etc. e, agora, a soja, houve necessidade de amoldar-se às exigências do mercado internacional, quanto à classificação de produtos e quanto ao grau de umidade de cada qual. Tinham havido casos de milho, exportado por Paranaguá, ter chegado fermentado aos portos europeus de destino, e, por isso, ter-se petrificado, ao ponto de recorrer-se a malhos e picaretas, para desmanchar-se o sólido bloco, e, só assim, poder-se limpar o porão do navio.

A falta de classificação e o excesso de umidade traziam consideráveis prejuízos ao nosso País, porque pagos, quando pagos, preços mais baixos do que a cotação do mercado. Esse fato compeliu o governo João Goulart a criar, no Ministério da Agricultura, um órgão especializado, para esse fim, o Acordo de Classificação de Produtos, em convênio com os governos estaduais. A partir daí, passaram a ser rigorosamente atendidas as exigências do mercado internacional e da Bolsa de Cereais, de Chicago, Estados Unidos. Evidenciaram-se, desde logo, os benefícios da medida, porque produtores e exportadores deixaram de ter prejuízo.

Acontece que, a partir de 1964, o Poder Público é insaciável na arrecadação de recursos financeiros. Engendrou mil e uma formas de espoliar o indefeso contribuinte. A reforma tributária operada só não cobra, por enquanto, o ar que respiramos. Os métodos de escorcha são aplicados em todos os planos do Governo Federal aos Estaduais e Municipais, sob os mais variados protestos. Até a Loteria Esportiva e Loto; inventaram, para retirada semanal, em jogo tido e havido como contravenção penal, de 200, 300 e 400 milhões de cruzeiros, de cujas quantias arrecadadas distribui apenas um terço, como prêmios. Fala-se, agora, da reabertura dos cassinos, com o que o povo, desesperado ante a inflação e a conseqüente e exorbitante elevação do custo de vida, vai jogar no pano verde o que lhe sobrou de suas parcas economias, na expectativa de enriquecer por um golpe de sorte, que nunca virá.

O Serviço de Acordo de Classificação de Produtos teria de ser igualmente utilizado para uma arrecadação extra. Se foi criado para atender ao comércio com o exterior, passou a ser, desde uns tempos a esta parte, outra fonte de recursos para o Governo.

Isso porque nenhum caminhão de cereais pode trafegar, pelo território do Paraná, sem possuir um certificado daquele serviço, embora o produto se destine comprovadamente ao consumo interno.

Um caminhão de cereais, ao passar pelo crivo do Serviço de Acordo de Classificação de Produtos, em Maringá, terá pago, pelo certificado, nada menos de oito mil cruzeiros.

Esses oito mil cruzeiros terão de iniciar, forçosamente, no custo do produto, e o grande sacrificado, em última análise, é o consumidor.

Sabemos que a economia brasileira já anda de muletas, por estar na quase inteira dependência das multinacionais, que ma. pulam os preços do que produzimos, e que se assenhoreiam dos estoques, para ganharem à custa do produtor e do consumidor.

O Governo se tem mostrado indiferente em face do que ocorre.

E agrava a situação, mediante atos altamente nocivos, como é o caso da obrigatoriedade imposta de classificação de produtos, para venda e consumo dentro do próprio Estado ou do País.

Classificação de produtos, por ser de utilidade pública, nada deveria custar ao produtor.

Se o Governo gasta, anualmente, muitos milhões de cruzeiros em mordomias indecentes, condenadas pelo povo, por que não fazer gratuitamente a classificação dos produtos agrícolas, desde que sabe que qualquer ônus financeiro aumenta, necessariamente, o custo dos mesmos?

O mais indicado, no caso, é suspender os certificados de classificação quando os produtos sejam destinados ao consumo interno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentamos o seguinte requerimento:

“Sr. Presidente.

SÚMULA: Telegrama ao Ministro e ao Secretário da Agricultura contra exigência de certificado de classificação de produtos agrícolas, dentro do País.

Agricultores paranaenses protestam contra maior ônus incidente sobre produção agrícola destinada consumo interno por exigência oficial vg para cada caminhão cereais vg apresentação certificados vg ao custo mínimo oito mil cruzeiros vg expedidos Serviço Acordo Classificação Produtos vg quando tal exigência sacrifica ainda mais bolsa popular et quando tais certificados vg na verdade desnecessários dentro do País vg deveriam ser gratuitos pt.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.981.

(a) EDILSON ALENCAR”.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial que estudará o Projeto de Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 111/80, que declara de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de Marialva”, com sede e foro na Cidade de Marialva. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 159/80, que declara de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de Astorga”, com sede e foro na Cidade de Astorga. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 159/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASTORGA, com sede e foro na Cidade de Astorga.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente,
RENATO BERNARDI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 161/80, que declara de utilidade pública a “Fundação Nossa Senhora do Rocio”, com sede e foro em Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 161/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 164/80, que declara de utilidade pública a “Associação de Recuperação do Alcoólatra - ARA”, com sede na Cidade de Toledo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 164/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA-ARA, com sede na Cidade de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 174/80, que declara de utilidade pública a “Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon - FUNDEMAR”, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 174/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON — FUNDEMAR, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 177/80, que declara de utilidade pública o “Grupo Espírita Anna Franco”, com sede e foro em Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 177/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o GRUPO ESPÍRITA ANNA FRANCO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 21/81, que declara de utilidade pública o “Clube das Violetas”, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 21/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CLUBE DAS VIOLETAS, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que doa ao Município de Primeiro de Maio o terreno que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

11 Srs. Deputados o aprovam;

Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, à hora regimetal com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO —

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 02, 03 e 15/81, e de Resolução n.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07/81.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 188/81

I — prover, HÉLCIO MAZER PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino, e,

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 2742).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 187/81

exonerar, TAYLOR EDNIR NIEDZWIECZ, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 072/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 2742).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 186/81

I — prover, SÍLVIO NEVES DA ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fuad Nacli, e,

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 2497).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 185/81

exonerar, MARIA MORAES NACLI, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fuad Nacli, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 343/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 2497).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 184/81

I — prover, TEREZINHA GUARIENTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, e,

II) autorizar a funcionária acima mencionada, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 2487).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 183/81

exonerar, NELSON STOCCHERO, do cargo em

Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo n.º 370/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 2487).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 182/81

I — atribuir a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2a. Vice-Presidência, ao funcionário JOSÉ ANGELI, ora à disposição

deste Poder, no período compreendido entre 1.º de março a 31 de dezembro de 1.981; e,

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da 2a. Vice-Presidência, no período já citado.

(Protoc. n.º 1468).

Palácio "XIX de Dezembro", em 06/05/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário